

## O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Géssica Lima de Araújo <sup>1</sup>  
Eduardo Mendes Gomes <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho aborda sobre o papel da gestão escolar diante da Educação Inclusiva, analisando de que forma este pode contribuir para as práticas de inclusão no ambiente escolar. O objetivo é buscar embasamento teórico e apresentar os documentos oficiais que asseguram a inclusão de alunos com necessidades específicas no ensino fundamental. O artigo trata de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que busca em periódicos já publicados uma revisão sistemática do assunto a fim de contribuir para uma melhor discussão da temática e contribuir com o desenvolvimento das ações de gestão escolar. Sabe-se que a inclusão tem sido um dos grandes desafios enfrentados nas unidades de ensino, e a gestão escolar precisa cada dia mais buscar conhecimento de como integrar os alunos com deficiências e/ou com necessidades específicas. Por isso que se pode pensar na Educação Especial e no papel da Gestão Escolar como um ponto de partida para uma Educação mais inclusiva, que por sua vez resultará em um ambiente mais acolhedor com menor taxa de evasão. Portanto, considera-se necessário conhecer os documentos oficiais que garantem os direitos das pessoas com necessidades especiais e repensar quais práticas de inclusão são garantidas no ambiente escolar. Esta pesquisa aponta para a compreensão de que cada aluno tem suas especificidades, e as crianças com necessidades educativas especiais necessitam de uma atenção individualizada. Destaca ainda que a Gestão Escolar, ao liderar junto aos docentes a fim de promover práticas mais inclusivas, colaborarão para a efetivação do contexto educacional inclusivo.

**Palavras-chave:** GESTÃO ESCOLAR, EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSÃO

### INTRODUÇÃO

A concepção de Educação Inclusiva, fundamenta-se no direito que a educação é para todos, independentemente de necessidades especiais educativas ou não, como estabelecido na Constituição Federal (BRASIL,1988) e nas legislações que regem a educação como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL,1996) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (BRASIL, 2007).

Desse modo, que é de suma importância conhecer as legislações e o papel da gestão escolar, para que através do cumprimento dessas leis que se pode garantir um ambiente escolar mais acolhedor e seguro para todos os educandos.

Diante desse contexto, surgiu a necessidade do tema desse trabalho, com o objetivo de realizar uma revisão bibliográfica para entender papel da Gestão da Escolar diante das práticas

---

<sup>1</sup> Graduada no Curso de Pedagogia pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes – Porto Seguro –Bahia, gessicalimambc12@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de Psicologia pelo Centro Universitário Católica de Quixadá – CE, eduardomendesg@outlook;

inclusivas e assim contribuir para a efetivação das ações que favoreçam a inclusão no ambiente escolar e apresentando as legislações que regem a Educação Inclusiva.

O gestor escolar é peça fundamental para promover ações positivas, cooperativas, criar um elo com a comunidade escolar para que haja mais equidade e respeito pelas diversidades.

Por isso, é importante ressaltar o envolvimento da gestão escolar com a comunidade escolar nesse processo de inclusão, o presente trabalho tem o destaque do papel da gestão escolar como ponto de partida para descrever as responsabilidades do gestor para garantir as práticas inclusivas.

Para CARVALHO; MIRA; SANTOS (2018), o olhar pedagógico busca demonstrar que a evolução da nossa sociedade e do sistema escolar no que tange a inclusão ainda não atingiu um nível satisfatório.

Desse modo, esse estudo gera grandes inquietações acerca do processo das ações pedagógicas inclusivas. É preciso compreender as concepções de inclusão e de que maneira acontece uma educação inclusiva.

A discursão desse trabalho está organizado em pontos, inicia-se por entender a educação inclusiva, e um breve relato histórico sobre mal tratos que as pessoas com deficiência sofriam e que a partir das legislações acontece uma evolução na garantia dos direitos dessas pessoas. No segundo, discorre-se sobre as legislações que garantem a educação inclusiva no ambiente escolar e no terceiro, sobre o papel da gestão escolar diante das práticas inclusivas.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada através de revisões bibliográficas em artigos sobre o tema Inclusão e o papel do Gestor Escolar nesse processo de inclusão, bem como análise de documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Declaração de Salamanca, Estatuto da Criança e do Adolescente e dentre outros documentos legais que garantem a inclusão de pessoas no meio educacional. Após o levantamento e análises realizou-se uma reflexão e discursão sobre a importância do papel do Gestor escolar no processo de inclusão e permanência das pessoas com necessidades educativas específicas. Ao final da pesquisa, espera-se contribuir para o desenvolvimento de práticas mais eficazes de gestão escolar na promoção da inclusão. As descobertas poderão orientar futuras intervenções e políticas educacionais voltadas para a criação de ambientes educacionais mais inclusivos no Ensino Fundamental.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Desde o início da humanidade que há registros de exclusão e mal tratos com as pessoas que nasciam com alguma deficiência, segundo Bianchetti (1995), elas eram consideradas empecilhos, fato que levavam a serem abandonadas, pela necessidade de caça e pesca era importante alguém que contribuísse. (BIANCHETTI, 1995, p.9)

A Educação Especial é uma modalidade de ensino, desde ensino infantil ao ensino superior. De acordo com o art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que entende:

“Por educação especial, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. ”

A Educação Inclusiva percorre um grande caminho, desde da idade média quando excluir era questão de sobrevivência, porque as pessoas com deficiência eram consideradas castigos divinos, como afirma (Gugel, 2007), e que as crianças que sobreviviam eram separadas de suas famílias e quase sempre ridicularizadas. (GUGEL,2007, s.p)

A partir das legislações brasileiras como Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a atual Lei de Diretrizes de Bases da Educação (BRASIL,1996) houve uma evolução na garantia do acesso e na inclusão dos estudantes com deficiência em classes comuns. “Assegurarão aos educandos com necessidades especiais, currículo, método, técnica, recursos educativos e organização específica para atender às necessidades” (BRASIL, 1996, p. 44)

Por meio da Educação Especial, que pode iniciar o processo de inclusão no ambiente escolar, como consta na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015):

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A escola assume um papel muito importante de promover a inclusão no ambiente escolar, inclusive para as crianças com necessidades especiais, como previsto nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p.14)

“ As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.

As pessoas que estão envolvidas nas unidades de ensino, principalmente a gestão escolar a frente desse processo de aprendizagem, precisam criar ações que valorizem as potencialidades dos alunos, promovendo equidade e respeito as diversidades.

Na educação inclusiva, deve-se entender que o foco não é a deficiência do educando, mas sim garantir espaços e recursos que devem ser acessíveis e atender as necessidades de cada aluno, como traz a Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

“Assim sendo, a educação especial deve ocorrer nas escolas públicas e privadas da rede regular de ensino, com base nos princípios da escola inclusiva, e devem assegurar as condições para o sucesso escolar de todos os alunos. ”

Por isso, a gestão escolar deve assumir um importante compromisso de fortalecer a educação inclusiva. Sabendo que o lugar mais apropriado para o desenvolvimento educativo e de socialização das crianças com deficiência é a escola regular.

Porém, também deve-se compreender que a inclusão vai além de incluir as pessoas com deficiência, mas todas que tenham dificuldades no ambiente escolar, -precisa-se entender as principais concepções que fazem a educação inclusiva.

Por isso para, Mantoan, 1999:

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. O aluno com deficiência constitui uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele!

É importante lembrar de oferecer aos educandos um ambiente escolar acolhedor com uma educação de qualidade para todos, valorizando as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais, e assim atendendo as necessidades de cada aluno.

Assim, em uma perspectiva de escola inclusiva, o ambiente escolar é determinante, pois são as diferenças que possibilitam enriquecer as experiências curriculares e que ajudam a

melhor assimilar o conhecimento que materializa nos componentes curriculares, afirma Sartoretto (2011, p.2).

## **A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ASPECTOS NORMATIVOS E LEGAIS**

A Educação é um direito de todos independente das suas condições físicas ou psicológicas, de acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para garantir esse direito, o aluno deve ser visto pela escola e a comunidade escolar como um ser ativo e participante, como sujeito do processo de aprendizagem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL,1990) também garante o direito à igualdade de condições de acesso e a permanência na escola, sendo o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito; o respeito dos educadores e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular.

A Educação Inclusiva é um assunto de fundamental relevância para o desenvolvimento de toda humanidade, e um dos marcos da legislação da educação inclusiva foi a Declaração de Salamanca em junho de 1994, em Salamanca, na Espanha, mesmo que o texto não tenha efeito de lei, tem como objetivo de formalizar a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Segundo a Declaração de Salamanca:

As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades. (UNESCO, 1994)

Portanto, faz-se necessário refletir sobre as práticas pedagógicas e como os currículos e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola estão descritos, para isso o gestor escolar cumpri a responsabilidade de intervir junto com a comunidade escolar, para avaliar as possibilidades de inclusão diante desses documentos.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL,1996), estabelece que os sistemas de ensino precisam garantir aos alunos, currículo, métodos, recursos e organização específicos para acolher às suas necessidades.

Logo é considerável a execução de políticas públicas para que as escolas possam investir no fortalecimento da educação inclusiva, com recursos necessários para garantir o pleno desenvolvimento dos estudantes.

## **A GESTÃO ESCOLAR DIANTE DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS**

A gestão escolar assume um importante papel de construir condições para uma escola mais acessível, tendo o compromisso de estimular ações na unidade de ensino e sensibilizar a comunidade para práticas reflexivas, continuadas e coletivas.

Como previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) no seu art.28, inciso X:

“Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;”

Por conseguinte, é crucial as formações continuadas tanto para os professores, como para os gestores, pois a partir do conhecimento sobre o tema que se pode desenvolver práticas de qualidades de ensino.

Para, FREITAS (BRASILIA, 2014, p.9) é necessário que o gestor que irá trabalhar com a educação básica na perspectiva da educação inclusiva tenha uma formação com o intuito de nortear todos os envolvidos a proporcionarem aos alunos um atendimento diferenciado, que atenda suas necessidades enquanto sujeitos de uma sociedade ativa.

A escola, na perspectiva inclusiva, não tem apenas seu espaço físico adaptado às pessoas com necessidades especiais, mas deverá oferecer qualidade na permanência destes alunos, aponta Moreira (2013, s.p).

São muitos desafios enfrentados pela gestão escolar no processo de inclusão, pois implica na mudança de paradigmas atuais da educação, é inegável que ainda são necessárias muitas mudanças, como por exemplo a começar pela sensibilização da comunidade escolar.

Diversas propostas pedagógicas podem ser desenvolvidas para contribuir na vida escolar de alunos com necessidades educativas especiais, e o gestor precisa intervir junto aos docentes nas atividades, como a flexibilização do planejamento, sensibilização da comunidade escolar, adaptações curriculares e organizar reuniões pedagógicas para discutir o assunto.

Na cartilha Saberes e Práticas Inclusivas proposta pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2006), ressalta que uma gestão escolar bem-sucedida depende de um envolvimento

ativo e criativo dos professores e do pessoal, bem como da colaboração efetiva e de trabalho em grupo, para atender às necessidades dos alunos.

Para tal propósito os diretores deverão fomentar atitudes positivas na comunidade escolar e propiciar eficaz cooperação entre professores e pessoal de apoio, para que haja equidade e inclusão escolar mais eficaz.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O presente artigo baseia-se como o papel da gestão da escolar é de suma importância no processo de inclusão de crianças no ambiente escolar. Ao final, será reforçada a importância da gestão escolar como agente fundamental na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. A reflexão sobre as práticas apresentadas neste artigo visa estimular a implementação de ações efetivas que contribuam para a inclusão dos alunos com necessidades específicas no contexto do Ensino Fundamental, proporcionando a todos uma educação de qualidade e alinhada aos princípios da igualdade e respeito à diversidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse artigo, procura-se refletir sobre o considerável papel dos gestores escolares diante das práticas inclusivas, são muitos desafios, mas pode-se perceber que existem diversas possibilidades e alternativas que o gestor pode adotar para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo.

Quando se tem um Gestão Escolar mais democrática e participativa, a escola se torna mais ativa, e suas práticas passam a ser mais reflexivas e com a participação de toda comunidade. É de suma importância aprimorar o contato e a interação com os professores e os demais funcionários.

Para o aperfeiçoamento das escolas, para afim de garantir a inclusão necessita de uma reestruturação no sistema escolar, adaptando os currículos, discutir sobre o assunto, melhorar a estrutura física e promover formações continuadas para os educadores.

Por fim, destaca-se a importância dessa pesquisa que contribuiu muito, para entendemos que cada aluno tem suas especificidades, e as crianças com necessidades educativas especiais necessitam de uma atenção individualizada. Compreendemos também que muitos desafios são enfrentados pelos educadores e principalmente pela gestão escolar que é liderança de todo esse trabalho, mas mesmo assim esses profissionais precisam ter sensibilidade para promover ações

positivas para contribuir com inclusão de todos os educandos. Apesar das dificuldades que o contexto escolar vivencia, consideramos importante readaptar as metodologias, como também oferecer aos educadores formações continuadas, sabendo que a partir desse conhecimento possam melhorar as práticas inclusivas.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394). Brasília, Centro Gráfico, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.
- CARVALHO, V.C.A; MIRA, A.P; SANTOS, G.M.T. Gestão escolar inclusiva: desafios e possibilidades para educação humanizadora. Fortaleza, 2018.
- CAVALCANTI, A.V. O papel do gestor escolar no processo de inclusão. São Paulo, 2014.
- FREITAS, P.R. O papel da gestão escolar na inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais. Brasília, 2014.
- FLORIANI, M.A.B; Educação Inclusiva. UNIASSELVI, 2017.
- MONTOAN, M. T. E; Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer? Campinas, 2006.
- SARTORETTO, M. L. Os Fundamentos da Educação Inclusiva. 2011. Disponível em: Acesso em: 23 jul. 2023.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Ministério da Educação e Ciência de Espanha: Salamanca, Espanha, 1994.